

Encontro das Águas: Dinâmicas Sociais e Biodiversidade na Amazônia Brasileira

Lúcia da Costa Ferreira¹
Simone Vieira de Campos²
Eliana Junqueira Creado³
Ana Beatriz Vianna Mendes⁴
Camilo Caropreso⁵

1. INTRODUÇÃO

A democratização do processo decisório sobre o uso e a conservação de recursos naturais no Brasil, a partir dos anos de 1990 focalizou as atenções de *policy makers*, usuários e pesquisadores nos conflitos sociais derivados da mudança de comportamento na relação da sociedade com a natureza.

Por esse motivo houve uma disseminação positiva de pesquisas científicas sobre as divergências de opiniões, interesses, e metas coletivas que emergem quando se considera a atuação da sociedade sobre os sistemas naturais; mas esse fenômeno levou, em contrapartida, a uma banalização do conceito de conflito social, que perdeu força como categoria explicativa. Talvez, por estarem na constituição de problemas ambientais, conflito e problema foram confundidos como sinônimos (FERREIRA, 2005).

Pelas características históricas do debate político-científico na área ambiental, há uma ampla gama de abordagens que tratam de conflitos na atualidade⁶. No entanto, serão tratados apenas dois modelos conceituais que dialogam entre si, em um debate renovado, desde meados do século

¹ Dr. Lúcia da Costa Ferreira, Nepam/Unicamp pesquisadora, co-editora de *Ambiente e Sociedade* (luciacf@unicamp.br)

² Dr. Simone V. Campos, Nepam/Unicamp pesquisadora (simone@unicamp.br)

³ Dr. Eliana S.J. Creado, Nepam/Unicamp pesquisadora (elijunq@uol.com.br)

⁴ Ana Beatriz V. Mendes, doutoranda em Ambiente e Sociedade, Nepam-IFCH/Unicamp (biroskinhaverde@yahoo.com.br)

⁵ Camilo Caropreso, graduado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp (plancton@unicamp.br)

Recebido em 02/2007. Aceito em 05/2007.

⁶ Um exemplo estimulante é a coletânea, editada por KNIGHT (2000), onde são analisados desde conflitos circunscritos à ordem simbólica até aqueles de natureza eminentemente política.

XX⁷, sobre as relações entre Conflito, Integração e Diferenciação, mas que continua atual e influencia questões tratadas neste artigo⁸. As duas orientações na teoria dos conflitos são denominadas por Vayrynen (1991) *conflict transformation* e *conflict resolution*.

Um outro foco de atenção recai sobre o debate internacional relativo ao papel de grupos nativos de regiões com alta diversidade biológica em projetos de conservação. Nos últimos 30 anos, tal debate manteve-se polarizado entre duas correntes: 1) a que compreende as áreas protegidas como *ilhas de biodiversidade circundadas por paisagens alteradas pela ação humana predatória*; 2) a que defende um modelo *bioregional*, ou a criação de redes de áreas protegidas integradas ao seu contexto regional. Houve forte predomínio da primeira até o final dos anos de 1980, e da segunda principalmente depois do *Protected Areas in the 21st Century Symposium* organizado pela *World Commission on Protected Areas* (WCPA) na Austrália (1997), que induziu uma mudança de foco em direção às dinâmicas sociais no interior e no entorno das áreas consideradas prioritárias para conservação (WESTLEY *et al.*, 1998)⁹.

abordagem bioregional foi responsável por um realinhamento importante da orientação institucional no Brasil, e, nesse período nenhuma organização governamental, não governamental, ou agência financeira multilateral propôs como condição para criar Unidades de Conservação (UCs), a expulsão sumária das populações dessas áreas (RIOS, 2001).

No entanto, quando parecia que o debate atingira um forte consenso, resultados científicos de peso começaram a ser divulgados através dos principais periódicos especializados, defendendo a urgência de priorizar a conservação adequada da biodiversidade em detrimento do desenvolvimento sustentável (BRANDON *et al.*, 1998), em escala local ou regional¹⁰.

Esse artigo situa-se no cruzamento desses dois grandes debates para discutir os padrões e clivagens que caracterizam as opções recentes por modelos de análise dos processos de mudança relacionados à conservação *in situ* da biodiversidade (MMA/PROBIO, 2002) em situações sociais conflituosas, aqui focalizando a Amazônia brasileira.

⁷ Uma boa síntese desse debate, que expõe a clivagem entre orientações marxistas, neomarxistas, funcionalistas e neo-parsonianas na análise da mudança social no pós II Guerra está em *Social change and Modernity*, editada e por HAFERKAMP SHELTER (1992).

⁸ Para uma perspectiva positiva dos conflitos, interpretados como promotores de mudanças ver: BOUDON (2000).

⁹ Para um detalhamento desse processo no enfoque de populações humanas em áreas protegidas ver: VIANNA (1996).

¹⁰ Para uma boa resenha ver: SILVEIRA, 2001. Em português ver: TELBORG *et al.* (2002).

A questão central que orientou esta reflexão sustenta-se em resultados de pesquisas teóricas e empíricas¹¹ e pode ser resumida em: como e por que se dá a formação de grupos sociais para atuar frente à conservação da biodiversidade e qual a sua influência sobre a mudança social em direção a um futuro viável, devido ao uso sustentável dos recursos naturais (PAEHLKE, 1989)?

As questões derivadas são: Quais são esses grupos e como se caracterizam social e politicamente? Quais suas principais motivações e objetivos? Quais seus modos de ação e estratégias preferenciais? Há um projeto social que os agregue?

A hipótese principal é que os conflitos promovem as mudanças na organização do uso dos recursos naturais e não a agregação de sujeitos ao redor de uma identidade conservacionista ou projeto de sociedade sustentável, como pretende a literatura especializada no assunto. Como hipóteses derivadas tem-se: 1) a conservação e a sustentabilidade são opções possíveis e o processo decisório é orientado pela dinâmica social produzida por conflitos de interesses, interpretações e intencionalidades; 2) há uma arena ambiental organizada por decisões coletivas definindo as regras para o uso de recursos escassos ou prioritários para a manutenção da biodiversidade, e essa arena é constituída pela interação de diversas arenas locais também conflituosas (BENTLEY, 1949); 3) essa arena promoveu a interação entre grupos sociais diversos e heterogêneos e levou o projeto moderno de racionalização até localidades antes consideradas pré-modernas, e esse fenômeno não produziu um único e previsível padrão de comportamento.

Assim, o principal objetivo dessas pesquisas foi investigar se a organização social em áreas protegidas na Amazônia brasileira deve-se preferencialmente a identidades orientadas subjetiva ou politicamente (HANNINGAN, 1997), ou a interesses individuais e/ou coletivos, racionalmente orientados (OLSON, 1999; OSTROM, 1990) por situações sociais conflituosas (YEARLEY, 1996). Talvez os grupos que se organizam em torno da conservação da biodiversidade sejam portadores de um projeto de sociedade, de modo a justificar a definição de Touraine (1997) para movimentos sociais, como tipo de organização capaz de agregar diferentes camadas da sociedade em torno de uma proposta de

¹¹ Projeto Temático *Floresta e Mar: usos e conflitos no Vale do Ribeira, SP* (Fapesp no. 99/14514-1); *Mudanças sociais e conflitos em áreas protegidas na Amazônia e Mata Atlântica* (Fapesp no. 01/07992-1); *Dimensões Humanas da Biodiversidade: Mudanças e Conflitos em Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira* (Fapesp no. 04/10684-5 e CNPq no. 403058/2003-1), todos coordenados por Dr. Lúcia da Costa Ferreira, com exceção do Temático, coordenado em parceria com Dr. Alpina Begossi.

mudança global. Ou ao contrário, como Finger (1996) interpreta a pós-modernidade, talvez esses grupos apenas reproduzam uma situação social fragmentada, organizada em torno de projetos de caráter pragmático e pontual.

Essa reflexão se justifica porque os problemas ambientais solicitam intervenções de caráter governamental, mas também mudanças comportamentais individuais ou de pequenos grupos; por isso nem sempre o modo de organização social pode ser definido como político, já que o poder de decisão nem sempre se restringe ao Estado ou ao governo, nem mesmo às dinâmicas do sistema político. Em diversas situações, a opção por ações sub-políticas, com metas sub-ótimas (TSEBELIS, 1998), parece mais adequada e obtém melhores resultados¹².

O campo hipotético exigiu uma abordagem híbrida e, por isso, as pesquisas cruzaram escalas de análise do Cotidiano e História, através dos métodos de análise situacional (GLUCKMAN, 1958; OSTROM, 1990; 1994) e análise de processos (HANINGAN, 1997; YEARLEY, 1996). Isso se deu através de uma adaptação do conceito de arena em Haningan (1997) e Ostrom (1990; 1994).

Os sujeitos das pesquisas foram lideranças políticas, comunitárias e institucionais e grupos de influência¹³ em duas áreas protegidas na Amazônia brasileira: uma delas de proteção integral, o Parque Nacional do Jaú (PARNA-Jaú), e a outra de uso sustentável, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (REDES-Mamirauá), no estado do Amazonas, Brasil. As pesquisas de campo vêm se desenrolando desde 2002 através dos procedimentos: 1) abordagem aleatória no trajeto dos principais rios das áreas de pesquisa para coleta de histórias de vida e da coletividade, registradas em gravador; 2) abordagem etnográfica em comunidades selecionadas para estudo vertical, onde alguns dos membros da equipe permanecem por um período de no mínimo um mês em observação direta do cotidiano dos atores, registrada em diário de campo; 3) abordagem situacional de eventos coletivos de negociação. Esses dados são cruzados com fontes documentais para comparação e complementação.

O texto foi dividido em: i) arcabouço teórico, subdividido em debates sobre conflitos de usos de recursos naturais e o papel de pequenos grupos nativos na conservação da biodiversidade; ii) processos de mudanças relacionados à conservação *in situ* da biodiversidade, contendo duas situações de ação em duas áreas protegidas na Amazônia brasileira; e iii) conclusões.

¹² Como descreveu BECK (1992) para as sociedades de risco.

¹³ Tais como pesquisadores, jornalistas e religiosos.

2. ARCABOUÇO TEÓRICO

2.1. Os conflitos relacionados a usos de recursos naturais

Através das categorias propostas por Vayrynen (1991), diferenciam-se duas abordagens sobre conflitos de um modo geral: a) os conflitos são inerentes a qualquer sistema social e funcionam como propulsores de mudanças, enquanto o consenso é apenas contingente e; b) os conflitos são distúrbios na ordem social e requerem esforços para sua neutralização ou mitigação; isto é, são interpretados como uma contingência negativa em um sistema equilibrado, e o grau de desvio é avaliado a partir de algum estado original considerado ótimo¹⁴.

Merecem menção algumas características da pesquisa interdisciplinar produzida no interstício do debate entre as Ciências Sociais e Biológicas que se baseiam nas afinidades teóricas das duas áreas do conhecimento. Nesse caso, a clivagem se dá entre: a) as abordagens históricas e evolutivas e, b) as sistêmicas e situacionais.¹⁵ Os modelos conceituais colocados em debate baseiam-se, no primeiro caso, na categoria tempo e em metodologias definidas a partir das noções de história e processo; e, no segundo caso na categoria espaço e em metodologias definidas a partir da necessidade de compreensão dos grandes ciclos que mantêm a biosfera, em um *continuum*, cuja situação ótima é o equilíbrio dinâmico entre as partes constituintes.

A abordagem evolutiva privilegia mudanças ambientais produzidas pela ação humana, em diversas escalas temporais e espaciais, e predominam os modelos explicativos relacionados à idéia de que qualquer sistema, ecológico ou social, define-se por interações tensas entre elementos divergentes. Assim, a harmonia e o equilíbrio seriam mera contingência.

A abordagem sistêmica privilegia, por sua vez, a integridade dos sistemas ecológicos que mantêm a biosfera como um mega sistema global e a produtividade dos recursos naturais que sustentam a população humana¹⁶.

Na área ambiental, essas questões formais e fenomênicas mais gerais produziram uma clivagem na pesquisa sobre conflitos sociais, organizando os pesquisadores em dois grandes grupos: 1) o que agrega especialmente cientistas sociais que investem no poder explicativo da teoria

¹⁴ Para detalhes ver, por exemplo: BROGDEN & GRENNBERG (2004).

¹⁵ Para uma crítica à abordagem evolutiva e defesa da sistêmica ver MacGrath (1997) e, para compreensão do debate entre as Ciências Humanas e Biológicas com filiação evolutiva, ver FERREIRA, FERREIRA, JOLY (2005).

¹⁶ Ver ainda: WILSON (1994), MYERS (1990) & LOVELOCK (1988).

geral dos conflitos, compreendidos como fator propulsor da mudança; 2) o que agrega pesquisadores de formação diversa, cuja proposta de pesquisa centra-se em outros objetos, mas enfrentam dilemas empíricos em situações conflituosas concretas (FERREIRA, 2004; 2005).

Para essa sistematização, foi de grande importância a contribuição de Carvalho & Scotto (1995), organizadoras da coletânea *Conflitos socioambientais no Brasil*, uma visão panorâmica dos problemas ambientais brasileiros e das causas que orientam sua compreensão. Esses estudos baseavam-se na premissa proposta por Dean (1995) de que a ocupação do território brasileiro destinou áreas de alta importância biológica a múltiplos usos diretos ou indiretos, desde as economias comunitárias, até os grandes empreendimentos de implantação e expansão urbanas e industriais

.Apesar do período entre os anos de 1980 e 1990 caracterizar-se preferencialmente por estudos de caso, seja por região ou área¹⁷, a maior contribuição dessa produção foi registrar um processo em que a formação de demandas sociais por qualidade ambiental e a organização de cidadãos para reivindicá-la fez com que os sistemas naturais adquirissem *status* de reivindicação política. Esse processo criou solo fértil para que, nos anos de 1970 nos EUA e em alguns países da Europa, e nos anos de 1980 no Brasil e em outros países da América Latina, houvesse a manifestação generalizada de conflitos coletivos em sociedades, cujos sistemas político e institucional não estavam organizados para responder a eles (FERREIRA, 1993, 1996; CARVALHO E SCOTTO, 1995; GUIVANT, 1998).

Nessa fase inicial inexistiam preocupações teóricas formais, mas foram produzidas as condições para as estimativas e abordagens teóricas subsequentes, pois criou o substrato empírico necessário para os avanços posteriores no debate em curso.

Cabe registrar uma mudança de enfoque nas Ciências Sociais do Ambiente já em sua fase de consolidação, posterior aos meados dos anos de 1990, crucial para as orientações conceituais sobre conflitos: de uma forte primazia no ator, visando compreender suas características sociais, políticas e culturais e as condições históricas para a sua emergência, o foco de análise dirigiu-se para os processos e dinâmicas interativas que

¹⁷ Houve, nessa época, uma proliferação intensa de estudos empíricos, fortemente influenciados pelas pesquisas delimitadas por área geográfica ou regiões, que se expandiram inicialmente nos EUA e depois no mundo, no período posterior à II Guerra Mundial, agregando em equipes interdisciplinares cientistas sociais e naturais atuando com uma perspectiva multidimensional (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996). Eram, por definição, estudos multidisciplinares, mas de qualquer forma houve grande fertilização recíproca a partir dessa experiência. Para maior detalhamento, ver especialmente: FERREIRA, FERREIRA, JOLY (2005).

constituem a ação, invertendo a lógica unidimensional para uma perspectiva relacional¹⁸. Segundo Leila Ferreira (2006: 13-14), a ênfase migrou da “busca inglória por um ator preferencial de mudança social na ordem econômica e ambiental” para uma preocupação com “a dimensão da ação humana sobre as mudanças ambientais”.

Diante dessas indagações gerais e tendo em vista a influência da clivagem teórica mais ampla no debate sobre conflitos relacionados ao uso de recursos naturais, merecem destaque algumas linhas de pesquisa no Brasil. Quanto ao grupo que agrega os cientistas sociais que compreendem os conflitos como categoria explicativa da mudança, seria possível empreender uma subdivisão, mais pedagógica que analítica, entre: a) ambiente rural (GUIVANT, 1998, 1999; GUIVANT *et al.*, 2005); b) ambiente urbano (PACHECO *et al.*, 1992; JACOBI, 1995; FUKS, 1997; ACSELRAD, HERCULANO, PÁDUA, 2004; COSTA, ALONSO, TOMIOKA, 2001; ALONSO E COSTA, 2002); c) dinâmicas entre ambientes rurais e urbanos (FERREIRA, 1993, 1996, 2002, 2004; 2005); e, pela quantidade e especificidade da produção, d) Amazônia (ESTERCI, 2002; ESTERCI, LÉNA, LIMA, 2003; BARRETO FILHO, 2002)¹⁹.

No Brasil, essas pesquisas descreveram uma situação em que os programas de conservação ou de recuperação dos sistemas naturais foram concebidos e implantados em um contexto institucional no qual a ação cotidiana das organizações governamentais provocou um confronto entre seus agentes e moradores de áreas sob proteção legal, ou degradadas por grandes empreendimentos, ou consumidores de serviços dos ecossistemas a serem recuperados.

Assim, propostas de conservação ou recuperação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas foram altamente politizadas. Alguns atores tiveram que rever posições e conceitos, como é o caso, sobretudo, dos atingidos pelas políticas públicas, pequenos consumidores de recursos e prestadores de serviços ambientais, em sua maioria sem uma prévia experiência em participação política, que foram repentinamente lançados a uma situação de ator (FERREIRA *et al.*, 2002).

O segundo grupo agrega pesquisadores de formação diversa, cuja proposta de pesquisa centra-se em outros objetos, mas enfrentam dilemas empíricos de situações conflituosas em suas pesquisas. As principais contribuições abordam o conflito como resultado da interferência ou rearranjo organizacional de grupos sociais considerados homogêneos.

¹⁸ Para compreender tais mudanças teórico-metodológicas no nível internacional ver: BUTTEL (1996).

¹⁹ Para detalhes ver: FERREIRA (2005).

Nessa linha há uma larga, porém desigual produção sobre pequenos usuários de recursos naturais: populações humanas em áreas protegidas, assentados em áreas de mananciais, ou em áreas de interesse para a conservação ou recuperação ambiental. Nesses estudos, geralmente encontra-se um item sobre conflitos sociais, por constatação empírica, mas sem filiação analítica às abordagens anteriores.

2.2. Grupos nativos residentes em áreas protegidas e seu papel na conservação da biodiversidade

K. Brandon e K. Redford editaram, no calor das discussões da Rio-92, dois livros paradigmáticos sobre o uso sustentável da biodiversidade em áreas prioritárias para conservação: *People and Parks: linking protected areas with local communities* e *Conservation of neotropical forests*, respectivamente.

No final da década de 1990, co-editaram uma nova coletânea que agrega uma produção científica importante e recoloca a discussão das políticas de proteção da biodiversidade: *Parks in peril: people, politics and protected areas* promove o diálogo entre ciências sociais e naturais, sob abordagens em diversas escalas de parâmetros políticos, ecológicos e sociais²⁰. A tese pode ser resumida a uma posição neo-preservacionista: as áreas protegidas devem priorizar a conservação da biodiversidade e não a implantação do desenvolvimento sustentável, nem tampouco o desenvolvimento social e econômico dos grupos que nelas habitam.

Segundo Brandon *et al.* (1998), os usos sustentáveis dos recursos naturais devem ser incentivados e implementados no entorno de parques e reservas e nos corredores que compõem as redes de UCs, mas espécies protegidas devem ser mantidas em áreas onde a interferência humana seja restrita e controlada. Ganham força novamente os adeptos do modelo de conservação em mosaico (MMA, 2002; GARAY e DIAS, 2001; HUSTON, 1994; ROUGHGARDEN, MAY, LEVIN, 1989), onde áreas de proteção integral são interligadas por espaços de uso controlado (JANZEN, 1994; OLMOS *et al.* 2002).

A influência internacional reacendeu no Brasil um caloroso debate sobre os aspectos político-institucionais da presença humana em áreas protegidas, centrado no papel de grupos sociais pré-modernos no manejo sustentável de recursos naturais.

Grande parte da literatura enfoca a categoria jurídica populações tradicionais (LÉNA, 2002) para discutir seu papel na proteção dos recursos

²⁰ Resultado da avaliação do Mega Programa de Conservação da ONG americana *The Nature Conservancy* (INC).

biológicos. O principal expoente dessa corrente no Brasil, Antônio Carlos Diegues (1996), teve forte impacto na produção sobre o tema, angariando *status* paradigmático para a pesquisa sobre manejo comunitário de recursos naturais.

Para o autor e seus seguidores, grupos sociais excluídos da modernização, denominados tradicionais, são essencialmente conservacionistas e aliados naturais na manutenção da biodiversidade, graças a uma combinação secular de adaptação cultural e valores éticos (WHELAN, 1999; DIEGUES, 1996). Assim, as políticas de conservação devem fortalecer o conhecimento local na elaboração de planos de manejo, propiciando condições sociais e econômicas para a reprodução desses grupos, investindo no *local empowerment*, já que a diversidade biológica é herança das culturas tradicionais, que também devem ser preservadas.

Essa abordagem vem sofrendo duas ordens de oposição no Brasil. Do lado dos cientistas sociais, Ferreira (1996, 1999, 2005) e Cunha e Almeida (2000; 2001) deram atenção especial ao debate.

Ferreira (1996, 1999, 2005) argumenta que essa abordagem naturaliza os sujeitos sociais, além de ser politicamente excludente, pois restringe o direito à permanência nas áreas protegidas e à repartição dos benefícios da conservação da biodiversidade a um grupo específico e minoritário de residentes. Além disso, recoloca e aprofunda clivagens importantes entre os próprios grupos nativos, provocadas na maioria das vezes por disputas pré-existentes pelo poder na comunidade.

Esta é, na realidade, uma peculiaridade do debate brasileiro, graças aos avanços na legislação que autorizaram o manejo sustentável como opção legítima à manutenção da biodiversidade. Em contrapartida, a categoria jurídica populações tradicionais promoveu uma reificação do debate internacional sobre co-manejo de recursos de propriedade comum (*commons*) (Berkes, 1986; MacCay, 1978)²¹.

Cunha e Almeida (2000; 2001) também destacam a essencialidade dessa abordagem. Para os autores o conservacionismo não se resume a um conjunto de práticas, mas é também uma ideologia. Há muitos grupos sociais que mantêm regras para restringir o uso de recursos por razões práticas, e outros agregam a estas, razões ideológicas fortalecidas por valores e tabus reproduzidos por rituais costumeiros. Como tendem a ser portadores dessa ideologia conservacionista, as populações tradicionais se qualificam como parceiros para a conservação da biodiversidade. Aqui o termo tradicional é utilizado como categoria analítica, distintiva de sujeitos políticos capazes de se comprometer com práticas associadas à noção de

²¹ Conferir especialmente: BERKES, FEENY, MACCAY, ACHESON (1989). Sobre a reificação do conceito de *commons* ver: Ferreira (2005).

sustentabilidade. Operacionalmente, isso significa uma predisposição a aderir a uma organização local associada a tradições de uso sustentável dos recursos, habilitando-os à negociação pela permanência em áreas protegidas e às técnicas de baixo impacto para a manutenção da biodiversidade.

Em concordância com a literatura internacional, os cientistas naturais Olmos, Galetti e colaboradores (2002) apontam evidências empíricas de que a caça e a alteração de *habitats*, especialmente por fogo são os grandes responsáveis pela extinção da megafauna na pré-história da humanidade (DIAMOND, 1989; OWEN-SMITH, 1988; FLANNERY, 1995; MACPHEE & SUES, 1999 *apud* OLMOS *et al.* 2002).

Apesar das divergências teóricas e das soluções propostas, todos, cientistas sociais e naturais concordam com a influência do mito do bom selvagem sobre as pesquisas com habitantes de áreas reservadas à conservação (WHELAN, 1999; REDFORD & STEARMAN, 1991, 1993). No entanto, os autores (OLMOS *et al.*, 2002:281) polemizam ao afirmar que esse mito não se sustenta na realidade objetiva e que os países megabiodiversos estão apostando seu patrimônio em estratégias equivocadas de conservação. Ainda segundo eles, qualquer grupo “não urbano que exerça a agricultura, a pesca, caça ou qualquer outro tipo de extração em pequena escala, ou meramente more no mato”, acaba sendo identificado como tradicional, sejam eles seringueiros da Amazônia (MARTINELLO, 1988), ou caçaras do sudeste do Brasil (MUSSOLINI, 1980).

Assim, cruzando a literatura que debate conflitos sobre o uso de recursos naturais, com aquela que debate o papel de grupos nativos de regiões com alta diversidade biológica na sua conservação, serão ressaltados alguns padrões e clivagens que caracterizam os modelos de análise dos processos de mudança relacionados à conservação *in situ* da biodiversidade (MMA/PROBIO, 2002) em situações sociais conflituosas na Amazônia brasileira.

3. PROCESSOS DE MUDANÇA RELACIONADOS À CONSERVAÇÃO *IN SITU* DA BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Tendo em vista que o conflito é uma categoria explicativa da mudança, o papel das populações tradicionais no manejo de recursos naturais tem importância pontual: trata-se de um problema de pesquisa sociológica e de política pública, não de uma chave explicativa para um sistema social complexo.

A pesquisa localiza-se no Parque Nacional do Jaú (PARNA-Jaú), no curso médio do rio Negro, e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Mamirauá (REDES-Mamirauá), entre o médio Solimões e o rio Japurá, no Corredor Central da Amazônia (ver figura abaixo).

Figura 1: Corredor Central da Amazônia



Fonte: Modificado a partir de <http://www.socioambiental.org/website/noticias/noticia.asp?File=Conserva\2003-07-08-19-25.html> (accessed: Jul/10/2003).

3.1. As áreas de pesquisa: o PARNA-JAÚ e a REDES Mamirauá

O PARNA-JAÚ é um dos maiores parques do Brasil e da América Latina, com uma área de 2.272.000 hectares, correspondente a cerca de 1,42% do Estado do Amazonas. Situa-se a 200km de Manaus, capital do estado, e abarca parte dos municípios de Novo Airão e Barcelos.

Residem na área em 2003, cerca de 159 famílias totalizando 984 moradores, divididos em varias comunidades ao longo dos rios Jaú, Carabinani, Unini e afluentes (PINHEIRO, 2003). Os agrupamentos são organizados preferencialmente em torno de um núcleo familiar e apresentam alto grau de mobilidade entre o mundo rural e o urbano, graças à demanda por serviços e escoamento da produção.

Além de atividades econômicas de pesca em pequena escala e agricultura familiar e itinerante, os dados indicam que 85 famílias (51% do total) estão envolvidas no extrativismo vegetal de diversas espécies, tais como, cipó-títica e timbó-açu, castanha do Pará, borracha, sorva, breu e copaíba.

Criado em 1980, somente a partir da colocação de uma base flutuante na foz do rio Jaú, cinco anos depois, iniciou-se a fiscalização efetiva no parque. Em 1993, a ONG Fundação Vitória Amazônica (FVA) firmou um acordo de cooperação técnica com a agência governamental, o IBAMA, para elaborar o plano de manejo (FVA/IBAMA, 1998) e efetuar programas de ações e pesquisas na área.

A REDES-Mamirauá, por sua vez, é a maior área de várzea do mundo com 1.124.000 hectares. Segundo o Plano de Manejo²² possui altos índices de endemismo, diversidade e riqueza de espécies, ambientes extremamente produtivos e área de grande exploração de recursos há mais de 500 anos²³.

Foi criada em 1990 como Reserva Ecológica, a mais restritiva à presença humana das áreas de proteção integral. Desde o início foi administrada através de um acordo de gestão entre uma ONG, a Sociedade Civil Mamirauá (SCM), e a agência estadual de meio ambiente, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)²⁴.

Após várias negociações, em 1996 passou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável estadual, quando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que legalizou a categoria uso sustentável, ainda não havia sido promulgado.

Localiza-se no interior do Estado do Amazonas, no médio rio Solimões, a aproximadamente 600km de Manaus, próxima ao município de Tefé²⁵. Para viabilizar sua gestão, a área foi dividida em área focal (com 260.000 hectares) e área subsidiária (com 864.000 hectares).

Em 1999, foi criado o Instituto Mamirauá, uma Organização Social (OSCIP), cujos objetivos são institucionalizar e oficializar as ações e princípios que a sustentam, atuar na elaboração de políticas públicas e realizar pesquisas para a conservação da biodiversidade.

A ocupação humana na REDES-Mamirauá dá-se através de três tipos de assentamentos: as comunidades, os sítios e casas isoladas²⁶. São

²² <http://www.mamiraua.org.br/2-1-b.html>, consultado em 10/03/2006.

²³ Vale registrar que a fauna e flora são altamente adaptadas às variações do nível d'água (de 10-12 metros anuais) e a riqueza dos recursos pesqueiros como o Pirarucu (*Arapaima Giga*) e o Tambaqui (*Colossoma macropomum*), ambos de alto valor comercial e mercado consolidado.

²⁴ O IPAAM é a agência de proteção ambiental do estado.

²⁵ Centro urbano mais desenvolvido na região do Médio Solimões com cerca de 50 mil habitantes.

²⁶ As *comunidades* são “assentamentos maiores, com 13 domicílios em média, que recebem esta denominação por causa de implantação de uma organização política formal que é baseada no modelo sugerido pelo Movimento Eclesial de Base (MEB) a partir do final dos anos sessenta”. Os *sítios* são assentamentos menores, com quatro a cinco domicílios, centrados numa pequena parentela de duas gerações em média e que não possuem

cerca de 6.500 moradores e usuários na área focal, distribuídos em 63 comunidades de tamanhos variados e domicílios isolados. Das comunidades, 21 localizam-se no interior da reserva e as demais na margem externa dos rios principais que cercam a área, entre a várzea e a terra firme. Como observado no PARNA Jaú, geralmente os agrupamentos são formados por familiares e se caracterizam por alto grau de mobilidade para municípios e núcleos urbanos, em busca de empregos e estudos e escoamento da produção.

3.2. Atores em ação: tipologias e arenas

Foram selecionadas para análise duas situações de ação, uma no PARNA Jaú e outra na REDES Mamirauá, ambas parte de um processo mais amplo de decisão política sobre os usos dos recursos naturais na região em estudo. Esta escolha se deve aos seguintes motivos: 1) mobilizaram atores diferenciados do ponto de vista sociológico e político; 2) resultaram em acordos entre os atores; 3) as arenas produzidas caracterizaram-se por integrar dimensões variadas do sistema político no processo decisório. As situações de ação selecionadas foram: 1) no PARNA Jaú o acordo de pesca no rio Unini; e 2) na REDES Mamirauá o acordo de pesca na região focal.

Os acordos de pesca analisados fazem parte de um contexto mais amplo produzido por um padrão de ação governamental ocorrido no início dos anos de 2000, como estratégia para facilitar a negociação de conflitos frente a uma situação de super-exploração e conseqüente escassez do estoque pesqueiro, num processo que envolveu comunidades ao longo dos rios Amazonas, Negro e Solimões. Com a ação orientada para institucionalizar regras de acesso e restrições ao uso dos recursos em diversos lagos e rios, as agências gestoras contaram com o apoio de ONGs, universidades e organizações de pescadores. Depois de publicados, esses acordos adquirem a força de lei, e como são, em tese, fruto de processos participativos, pressupõem uma certa organização comunitária para criar regras que sejam operacionalizáveis, que possam efetivamente ser fiscalizadas e cumpridas (WWF-Brasil & PRÓ VÁRZEA/IBAMA, 2003).

Esse padrão de conduta adotado oficialmente e o modelo de manejo proposto não eram novidade, pois já tinham sido testados com sucesso há quase 30 anos em comunidades pesqueiras de lagos na região de Tefé, no médio Solimões. Isso aconteceu por influência do irmão Falco, um missionário europeu, adepto do preservacionismo alemão

organização política além do parentesco. As *casas isoladas* “são distantes de outros domicílios” (LIMA *et al.*, 2000: 2).

(MACCORMICK 1997; FERREIRA, 1999), atuante no Movimento Eclesial de Base e na Pastoral da Terra na década de 1980²⁷.

Na região do médio Negro, o acordo foi motivado por um decreto estadual que proibiu a pesca comercial em trecho do rio Negro, transferindo-a para rios menores, descobertos pelas proibições e instrumentos coercitivos, dentre eles, o Unini, limite norte do parque. Em um ano de vigência da proibição, a presença de barcos frigoríficos²⁸ no rio foi intensificada em aproximadamente 500% (CAMPOS, 2005; 2006; CREADO, 2006).

Esse aspecto criou a necessidade do acordo entre as partes para restringir o acesso dessas embarcações. O processo decisório culminou na publicação, em 2003, pelo IBAMA, de normas para regulamentar o acordo de pesca em etapas, elaborado a partir de um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos (WWf-Brasil & PróVárzea/IBAMA, 2003).

Dentre os vários usuários de recursos que compunham a arena de negociação estavam os moradores do rio Unini, afluentes e paranãs, organizados em uma Associação de Moradores (AMORU), empresários de pesca esportiva e recreativa, voltada ao turismo de alta renda nacional e internacional, e pescadores comerciais com barcos frigoríficos dos centros urbanos mais próximos.

Os conflitos produziram clivagens inesperadas. De um lado organizaram-se moradores membros ou filiados à AMORU e empresários de pesca esportiva, estabelecidos nas cabeceiras do rio; de outro, na posição de adversário, organizou-se um grupo composto pelos empresários da pesca comercial, organizados principalmente em torno da Associação de Pescadores de Novo Airão e moradores, cuja atividade econômica principal era o emprego temporário nessas embarcações. A motivação para a aliança entre ribeirinhos e empresários da pesca esportiva foi a ameaça comum de escassez de recursos pesqueiros, diante do aumento da pressão da pesca comercial.

Auto-denominando-se mediadores, mas ocupando posições bem demarcadas e mobilizando recursos de poder relevantes, estavam o IBAMA e a FVA. A agência estadual de meio ambiente, o IPAAM, participou ativamente do processo, apesar de manter uma posição subordinada ao IBAMA.

²⁷ Dados coletados em entrevistas concedidas a Lúcia da Costa Ferreira e Ana Beatriz V. Mendes, por D. Sérgio E. Castriani, Bispo da Prelazia de Tefé e Firmino W. Cavalcante, o Vavá, presidente do Grupo de Preservação e Desenvolvimento, em março de 2007. Ver também TESE.

²⁸ Geleiros ou geladores na denominação local, são geralmente equipados com grandes caixas de isopor e gelo triturado.

Assim, o acordo entre os usuários e os moradores, dentre outras regras²⁹, levou à divisão do rio em três setores: Setor 1, no baixo Unini, área que margeia as comunidades e o parque, permite apenas a pesca para consumo local; Setor 2, no médio curso do rio, no trecho imediatamente acima da área que margeia o parque, permite, além da pesca para consumo doméstico, a pesca comercial; Setor 3, mais à montante do rio, permite apenas a pesca esportiva.

De qualquer forma, vale ressaltar que, apesar de haver restrições de acesso ao rio e aos recursos antes do acordo de pesca, com ele, os usuários do rio optaram pela intervenção institucional formal, fruto de um direcionamento intencional da ação dos atores para alcançar seus objetivos (CAMPOS, 2004). Além disso, os rumos tomados pela ação, e a arena criada por este processo decisório foram influenciados e influenciaram outras situações de ação na região sob influência do parque. Em primeiro lugar, vale ressaltar a mudança no comportamento político de seus moradores frente à noção de direito e ao modo de interagir com a autoridade institucional, se comparados aos padrões observados anteriormente, por ocasião das negociações pela regularização fundiária nos rios Jaú e Carabinani, no início da década de 1980.

Os dois rios situam-se na área mais restritiva do parque, pois sofrem os efeitos do sistema coercitivo representado pelo flutuante do IBAMA localizado na foz do rio Jaú; por esse motivo, muitos de seus habitantes que já mantinham a dinâmica de interação intensa com o núcleo urbano, abandonaram seus antigos sítios e moradias para se estabelecerem definitivamente em Novo Airão. Apesar da organização política de um grupo de ex-moradores pela regularização fundiária da área central da UC via a arena jurídica, através de uma aliança com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Novo Airão (STRNA) e o Ministério Público Federal (MPF), de um modo geral esse grupo expressava uma conduta de vítima³⁰, como abandonados pelos responsáveis pelo parque e pelo poder municipal³¹.

Em segundo lugar, essa mudança no comportamento político ficou ainda mais delineada durante a organização política para a criação de uma reserva extrativista (RESEX) em área localizada à margem esquerda

²⁹ Para detalhes ver: Campos, 2005; 2006; Mendes, 2005; Creado, 2006.

³⁰ Kirsch (2001) também observou esse aspecto junto a grupos indígenas que foram transferidos de atóis nas ilhas Marshall e que recorreram à arena jurídica para receberem compensações por desastres ambientais causados por testes de armas nucleares, décadas depois do evento.

³¹ Evidentemente, não se trata de um falseamento da realidade, mas sim de uma recriação da memória, de uma reinterpretação que carrega uma intenção política direcionada ao ressarcimento financeiro. Para detalhes, ver: CREADO (2005b; 2006).

do rio Unini, que limita o parque. Esta proposta foi encaminhada pela AMORU em parceria com a FVA ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais (CNPT) do IBAMA, em fevereiro de 2004, tendo sido aprovada em junho de 2006.

Com a politização crescente das ações dos ribeirinhos e a vitória representada pela criação da RESEX, foram fortalecidas lideranças próprias, minimizando a importância de antigos aliados da FVA e alguns do IBAMA, além de outras lideranças regionais de perfil sindical ou religioso. Há dois elementos dessa etapa iniciada com a aprovação da RESEX do Unini que certamente fortalecerão os novos atores locais: 1) as condições para obter financiamentos do governo ou de outras agências nacionais ou internacionais para projetos de integração da conservação da biodiversidade ao desenvolvimento humano; 2) o controle do acesso ao rio deixa de estar sujeito à legislação federal, passando a vigorar as regras de concessão de uso através de termo de compromisso. O rio Unini trocaria o regime público de propriedade pelo comunal. Além dos avanços sociais advindos de maior acesso a serviços sociais, como escola, posto de saúde e igreja, graças à concentração da população junto à calha do rio.

Por sua vez, os conflitos existentes em torno dos recursos pesqueiros na REDES Mamirauá dependem da divisão dos recursos entre as comunidades no complexo mosaico de corpos de água interconectados que compõem a planície alagável entre os rios Solimões e Japurá, denominado sistema de lagos³².

Cada setor comunitário³³ dispõe de uma quantidade de lagos, que são divididos em diferentes modalidades de uso: a) preservação ou procriação; b) manutenção ou subsistência; c) comercialização e manutenção; d) comercialização; e) reserva e, f) de sedes³⁴. Essa divisão, além das épocas para contagem de estoque, pesca e pousio, foi estabelecida através de um acordo que vem se renovando até os dias atuais³⁵.

Os atores que participaram do processo decisório foram lideranças comunitárias e integrantes das Associações de Pescadores das cidades

³² Dados do site www.mamiraua.org.br, acesso em 13/2/2006.

³³ A organização político-administrativa dos ribeirinhos na reserva se dá através de setores de organização comunitária: cada um possui seus representantes, sistema próprio de fiscalização e um plano de manejo para extração de recursos pesqueiros e florestais.

³⁴ a) nenhuma atividade pesqueira é permitida em nenhum momento, onde os peixes se reproduzirão; b) atividades de pesca unicamente para manutenção dos membros das comunidades; c) moradores pescam para sua manutenção e comércio; d) pesca direcionada ao comércio; e) em período de *pousio*, designação para estoques poupados para exploração futura; f) é permitido o acesso e uso do recurso por pescadores das cidades adjacentes.

³⁵ MAMIRAUÁ. *Plano de Manejo*. 2000. Brasília: SCM; CNPq/MCT; Manaus IPAAM. www.mamiraua.org.br, acesso em 25/4/2005).

próximas à REDES-Mamirauá, como Tefé, Alvarães, Uarini e Fonte Boa. Os membros do IDS M sediados em Tefé e os sediados em Fonte Boa, apesar de caracterizarem seu papel social como de mediadores, desempenham na verdade um papel ativo de liderança no processo, já que são os responsáveis por todo o embasamento técnico-científico que sustenta as decisões³⁶ (CAROPRESO, 2006).

A interação entre a equipe do IDS-FB e a Associação de Pescadores caracterizava-se, de modo geral, como cordial, o que não anula as constantes divergências com relação aos acordos de pesca e a divisão de lagos, nem tampouco quanto ao problema das invasões de lagos por parte da Associação de Pescadores do município de Fonte Boa. A pesquisa apontou ainda problemas relacionados com a divisão de lagos, já que havia comunidades que desrespeitavam as proibições em períodos de reprodução, ou acessavam lagos de manutenção, reprodução e preservação. Tal como apontaram Ostrom (1986) e Berkes *et. al* (1989), as proibições de acesso e as restrições de uso criam situações de exclusividade (ou controle de acesso) e subtração (capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da propriedade do outro); e a ação de “guardar os lagos” reforçou, na REDES-Mamirauá, um sentimento de posse individual ou coletiva, fortalecendo a responsabilidade sobre a carência ou abundância dos recursos.

Essa característica é importante na medida em que o sistema de fiscalização do IDS de Fonte Boa ainda é precário na área subsidiária, com recursos financeiros e humanos escassos e pouco eficientes³⁷. É importante salientar, no entanto, que a situação atual na Área Subsidiária, com relação à fiscalização dos recursos pesqueiros e a divisão de lagos na região, é muito semelhante àquela encontrada na Área Focal da Reserva na fase inicial de organização comunitária promovida pelo IDS M, nos primeiros anos de 1990.

4. CONCLUSÕES

Se a literatura sobre conflitos sociais relacionados ao uso de recursos naturais for cruzada com a produção sobre o papel de pequenos grupos nativos na conservação da biodiversidade para analisar os dados apresentados, pode-se chegar a algumas conclusões mais relevantes.

³⁶ Contagem dos lagos e do estoque pesqueiro, orientação e manutenção do sistema de fiscalização, pesquisas de ecossistema, dentre outros dados.

³⁷ Espera-se uma melhoria no quadro a partir do investimento em infraestrutura de fiscalização com recursos do PRÓ-VÁRZEA (projeto do Governo Federal) e do governo do Estado do Amazonas. Para mais informações sobre o Pró-Várzea: www.ibama.gov.br/provarzea, acesso em 17/2/2006.

A primeira refere-se à existência de uma aparente clivagem entre as condutas possíveis dos grupos pré-modernos diante da invasão de projetos modernos de racionalização do uso dos recursos naturais, representados por agências governamentais e ONGs, em adição ao incremento do mercado do turismo de extração, representados pelos empresários da pesca esportiva e comercial: 1) comportamento de resistência (MANDER e CORPUZ, 2005), através de uma atitude orientada para a defesa da tradição, em uma recusa da mudança provocada pelo apego coletivo ao passado; 2) comportamento adaptativo ou uma concordância passiva aos benefícios da modernização, em uma postura afirmativa produzida pelas restrições impostas pela legislação.

Entretanto, os dados apontam uma importante conduta que remete à capacidade dos sujeitos de se auto-adaptar a novas dinâmicas sociais, ao mesmo tempo em que participam ativamente da produção coletiva dessas dinâmicas. Esses sujeitos optaram por atuar como atores, cuja ação é orientada ao futuro que desejam, tendo em mente a verificação óbvia de que as mudanças em curso são parte essencial da vida social e coletiva.

A segunda verificação refere-se ao fato de que as vitórias de movimentos sociais e grupos de pressão, apesar da importância para minimizar os impactos de políticas excludentes de conservação da biodiversidade sobre a vida social desses grupos, acabaram por ideologizar o debate científico, impedindo o reconhecimento de que a tradição não é adequada como categoria analítica para compreender o processo decisório sobre restrições ao uso ou sobre o controle do acesso aos recursos naturais. De acordo com as situações sociais pesquisadas, as condições de representatividade dos habitantes de áreas de alta biodiversidade junto ao sistema político, não se basearam em tipos de identidade; ao contrário, a idéia genérica somente teve sentido quando usada como opção estratégica, em face de uma situação política de negação de direitos.

Sendo assim, os dados apresentados demonstram que o sucesso das políticas de conservação da biodiversidade depende muito mais da ação coletiva nos sub-sistemas social e político dos atores em confronto, do que das características culturais dos usuários diretos e indiretos dos recursos a serem preservados (FERREIRA, 2006; FERREIRA, 1999; FERREIRA *et al.*, 2002). Na maior parte das vezes, eles definem suas prioridades de acordo com a orientação da política pública e não em resistência a ela.

As regras e sanções funcionam no nível dos fenômenos sociais como sinônimos de pactos coletivos (Schmink e Wood, 1992), tanto para grupos que habitam áreas protegidas, quanto para a institucionalidade, representada pelas leis e orientações à ação das instituições públicas.

Investigando um subconjunto particular de instituições, caracterizado por arranjos formais de agregação de sujeitos e de regulação comportamental, foi possível demonstrar que o papel de pequenos grupos nativos de regiões de alta biodiversidade depende de sua capacidade de se reconhecer e serem reconhecidos como sujeitos portadores de direitos e poder. De modo similar às observações de Levi (1991), as situações de ação pesquisadas confirmam que as instituições formais distinguem-se de outros arranjos organizacionais que incluem os costumes e a cultura, porque o rumo da ação de grupos nativos depende de: a) sua capacidade constante de enfrentar conflitos intra e extra-grupais; e, b) da adoção de um sistema legítimo de recursos coercitivos de barganhas que os habilitem a delimitar a decisão de outros.

Por fim, pesquisando dinâmicas sociais em localidades distantes e de alta biodiversidade na Amazônia brasileira, é possível afirmar que, em uma exata oposição a Latour (1991), jamais fomos tão modernos, já que o padrão preferencial encontrado na dinâmica social local foi a interpenetração socio-cultural entre grupos distintos, graças à arena ambiental produzida pela criação das áreas protegidas. Utilizando-se de uma licença poética, esse padrão parece reproduzir o encontro dos rios Negro e Solimões, cujo fenômeno acontece em um lugar denominado O Encontro das Águas; a partir dali eles seguem juntos por longo tempo, formando o rio Amazonas, mas sem misturar as águas pretas com as de coloração marrom. Isso se dá vagarosamente, quase de forma imperceptível a olhares pouco atentos. Procurando a melhor tradução desse fenômeno para o inglês, cheguei à sugestão Water Medley, que passa a denominar esse padrão de interação: Medley, por exemplo, em música, tem o sentido de pout-pourri, justamente por transmitir essa noção de dança das águas que se encontram³⁸.

5. BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. **Justiça ambiental e cidadania**. Relume Rio de Janeiro. Dumará. 2004.
- ALONSO, A. COSTA, V. Para uma sociologia dos conflitos ambientais in Alimonda (ed). 2002. **Ecologia política: natureza, sociedad y utopia**. Buenos Aires. CLACSO/FAPERJ/Asdi. 2002.
- BARRETO Fº H. T. Preenchendo o Buraco da Rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. **Boletim da Rede Amazônia Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais**. 1 (1): 45-49. 2002.
- BECK, U. **Risk Society. Towards a New Modernity**. Sage Publications. Londons. Thousand Oaks. 1992.

³⁸ Pela sugestão dessa incrível imagem sou imensamente grata a Dr. Roberto Pereira Guimarães (FGV/RJ e UNICAMP/NEPAM).

- BENTLEY, A. **The process of government**. Principia Press. 1949.
- BERKES, F. Local level management and the commons problem: a comparative study of Turkish coastal fisheries. **Marine Policy**. 10:215-229. 1986.
- BERKES, F., FEENY, D., MACCAY, B. and ACHESON, J.M. The benefits of the commons. **Nature**. 340: 91-93. 1989.
- BOUDON, R. **Central trends in social theory: contemporary sociological theory**. N. York. Rardcover. 2000.
- BRANDON, K., REDFORD, K.H. e SANDERSON, S. **Parks in peril: people, politics and protected areas**. The Nature Conservancy. Island Press. 1998.
- BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível para download em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm (data do último acesso: 27 de março de 2006).
- BROGDEN, M.J. & GREENBERG, J.B. The first for the west: a political ecology of lad-use conflicts in PAULSON, S.; GEZON, L.L. (eds). 2004. **Political ecology across spaces, scales and social groups**. N. Jersey. Rutgers University Press. 2004.
- CAMPOS, S.V. **Jáú em Jogo: mudanças sociais e conservação ambiental no Parque Nacional do Jáú (AM)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH/UNICAP. Campinas. 2006.
- _____. **CONFLITOS ENVOLVENDO O USO DE RECURSOS COMUNS EM ÁREAS PROTEGIDAS: O Caso do Acordo de Pesca no rio Unini (AM)**. Trabalho apresentado no GT Sociedade e natureza, **XVIII Reunião Anual da ANPOCS**, Caxambu. 2004.
- _____. Relatório Técnico- científico IV do projeto de pesquisa: Jáú em Jogo: Situações de ação e mudança no parque nacional do Jáú. Processo FAPESP N° 01/14057-7. Campinas. Circulação restrita. 2005.
- CAROPRESO, C. **Conflitos na Área Subsidiária da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**. (mimeo). 2006.
- CARVALHO, I.; SCOTTO, G (Org.). **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro. Graphos/IBASE/Fundação Heinrich-Böl-Istifung. 1995.
- COMISSÃO GULBENKIAN. **Para abrir as Ciências Sociais**. São Paulo. Cortez Editora. 1996.
- COSTA, S., ALONSO, A., TOMIOKA, S. **Modernização negociada: expansão viária e riscos ambientais no Brasil**. Brasília. Edições IBAMA. 2001.
- CREADO, E.S.J. **Entre lugares e não lugares: restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jáú (AM)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH/UNICAP. Campinas. 2006.
- _____. Relatório técnico-científico IV do projeto de pesquisa: Relações Sociais entre Atores no PARNA Jáú. Proc. FAPESP n ° 02/00126-0. 2005a.
- _____. **Congruências e divergências entre normas: contexto local e jurídico envolvendo um grupo de ex-moradores do Parna-Jáú (AM)**. Trabalho apresentado no GT 12, na **VI Reunião de Antropologia del Mercosur**. Uruguai. 2005b.
- CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon. **Deadalus**. 129(2):315-338. 2000.
- CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M.W.B. Global environmental changes and traditional people in Hogan, D.J. 2001. **Global environmental changes**. Campinas. UNICAMP/NEPO. 2001.
- DEAN, W. **With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic forest**. Berkeley. University of California Press. 1995.

- DIEGUES, A.C.S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 2ª. ed. São Paulo. Hucitec. 1996.
- ESTERCI, N. Conflitos Ambientais e Processos Classificatórios na Amazônia Brasileira. **Boletim da Rede Amazônia**. Ano 1: 51-64. 2002.
- ESTERCI, N.; LÉNA, P.; LIMA, D. Dinâmicas predatórias e projeto sócioambiental. **Boletim Rede Amazônia**, 2 (1): 3-5. 2003.
- FERREIRA, Leila. C. **Idéias para uma sociologia da questão Ambiental no Brasil**. Editora São Paulo. Annablume. 2006.
- FERREIRA, Lúcia. C. **A Floresta Intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica, SP**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, Campinas. 1996.
- _____. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente & Sociedade**. 2(5): 35-54. 1999.
- _____. *et al.* Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Idéias**. 8(2): 115-150. 2002.
- _____. Dimensões Humanas da Biodiversidade. **Ambiente & Sociedade**. 7(1): 5-29. 2004.
- FERREIRA, Lúcia. C. ; FERREIRA, Leila. C.; JOLY, C.A. **Uma dentre várias interdisciplinaridades**. Campinas. <http://www.nepam.unicamp.br/doutorado>. 2005.
- FERREIRA, Lúcia. C. Conflitos sociais e o uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política e Sociedade**. 4(7):105-118. 2005.
- FINGER, M. NGOs and transformation: beyond social movement theory in Princen, Finger. (ed) **Environmental NGOs in world polics**. London. Routledge. 1996.
- FVA/IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú**. Manaus, Fundação Vitória Amazônica/IBAMA. (Versão 8). 1998,
- GARAY, I., DIAS, B. (org). **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais**. Petrópolis. Editora Vozes. 2001.
- GLUCKMAN, M. **Custom and conflict in Africa**. Oxford. Basil Blackwell. 1966.
- GUIVANT, J. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Revista Ambiente e Sociedade**. 1(2). 1998.
- _____. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centra da teoria social. **BIB**. no. 46. 1999.
- _____. Scheibe, L.F., Assmann, S.J. (org). **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis. Editora Insular. 2005.
- HAFERKAMP, H.; SMERLSER, N.J. (ed). **Social change and Modernity**. Califórnia. University of California Press. 1992.
- HANNINGAN, J. **Environmental Sociology: a social constructionist perspective**. 2ª edição. London and New York. Routledge. 1997.
- HERCULANO, S. “ cidade dos meninos e o caso de contaminação por HCH in Acelrad, Herculano, Pádua. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 2004.
- HUSTON, M.A. **Biological diversity**. Cambridge. Cambridge University Press. 1994.
- JACOBI, P. Conflito ambiental urbano in IBASE. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro. IBASE. 1995.
- JANZEN, D.H. Wildland biodiversity management in the tropics: where are we now and where are we going? **Vida Silvestre Neotropical**. 3:3-15. 1994.
- KIRSCH, S. Lost worlds: environmental disaster, culture loss and the law. In: **Current Anthropology**, 2(2): 167-178. Academic research library. 2001.
- KNIGHT, J. (ed.) **Natural enemies: people – wildlife conflicts in anthropological perspective**. London and New York. Routledge. 2000.
- LÉNA, P. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. **Boletim rede Amazônia**. 1(1): 9-21. 2002.

- LEVI, M. Uma Lógica da Mudança Institucional. **Dados**. 34(1): 79-100. 1991
- LIMA *et al.* Histórico de Ocupação Humana e Mobilidade Geográfica de Assentamentos de Várzea no Médio Solimões In: TORRES E MONTEIRO (eds.). **Populações e Meio Ambiente**. Brasília. SENAC & Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2000.
- LOVELOCK, J. **The ages of Gaia**. New York. Bantam Books. 1988.
- MAcCAY. Systems ecology, people, ecology and the anthropology of fishing communities. **Human Ecology**. 6: 397-422. 1978.
- MAcCORMICK, J. **The global environmental movement**. England. John & Sons Inc. 1997.
- MAMIRAUÁ. **Plano de Manejo**. Brasília: SCM; CNPq/MCT/IPAAM. 2000.
- MANDER, J. e CORPUZ, V. (ED). **Guerra de paradigmas: Resistência de los pueblos indígenas a la globalización económica**. Foro International sobre la Globalization. San Francisco. IFG Edition. 2005.
- MARTINELLO, P.A. **A batalha da borracha na II Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico**. Rio Branco. Ed. UFAC. 1988.
- MENDES, A. B. V. **Vidas de parque: uma etnografia sobre ribeirinhos do Tapiira (AM)**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. CFH/UFSC. Florianópolis. 2005.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/PROBIO. **Biodiversidade Brasileira**. Brasília. MMA/CNPq. 2002.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **PRÓ-VÁRZEA**. Brasília. Governo Federal e do Governo do Estado do Amazonas. 2006.
- MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo. Anablume: Fapesp. 2001.
- MUSSOLINE, G. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1980.
- MYERS, N. The biodiversity challenge: expanded hot spot analyses. **Environmentalists**. 10(4):243-256. 1990.
- OLMOS, F. *et al.* Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das 'populações tradicionais' à Mata Atlântica in: **Ornitologia e Conservação: da Ciência às Estratégias**. Conservation International/CNPq/Sociedade Brasileira de Ornitologia. 2002.
- OSTROM, E. **Governing the commons. The evolution of institutions for collective action**. Cambridge. Cambridge University Press. 1990.
- OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, games and common-pool resources**. Michigan. Michigan Press. 1994.
- PACHECO, R., LOUREIRO, M.R., FINGERMAN, H., AMARAL, H.K., MACDOWELL, S. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. **Espaço e Debates**. No. 35. 1992.
- PAEHLKE. **Environmentalism and the Future of Progressive Politics**. New Haven, University Press of Yale. 1989.
- PAULSON, S.; GEZON, L.L. (eds). **Political ecology across spaces, scales and social groups**. N. Jersey. Rutgers University Press. 2004.
- PINHEIRO, M. R. **Dinâmica populacional e mapeamento participativo do uso dos recursos naturais por moradores do Parque Nacional do Jaú, AM**. Dissertação de Mestrado. PROCAM/USP. 2003.
- REDFORD, K. and STEARMAN, A.M. The ecologically noble savage. **Cultural Survival Quarterly**. 15(1): 46-48. 1991.
- REDFORD, K.; STEARMAN, A.M. Forest dwelling native amazonians and the conservation of biodiversity: interests in common or in collision?. **Conservation Biology**. 7(2): 248-255. 1993.

- RIOS, A. V. V. Populações humanas em áreas protegidas. In: LIMA, A. (org.), 2001. **Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica**. Documentos do ISA, n. 7, São Paulo. Instituto Socioambiental. 2001.
- ROUGHGARDEN, R. , May, R.M., Levin, S.A. (ed.) **Perspectives in ecological theory**. New Jersey. Princeton University Press. 1989.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. **Consted Frontiers In Amazonia**. Columbia. Columbia University Press. 1992.
- SILVEIRA, P.C.B. Parks in peril: people, politics and protected areas: Resenha de Brandon, Redford & Danderson (eds). **Ambiente & Sociedade**. 4(9):157-162. 2001.
- TERBORGH, J.; SHAIK, C.V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (org). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba. Editora da UFPR. 2002.
- TOURAINE, A. **Crítica da modernidade**. Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 1997.
- TSEBELIS, G. **Jogos ocultos**. São Paulo. EDUSP. 1998.
- VAYRYNEN, R. (ed.). **New Directions in conflict theory: conflict resolution and conflict transformation**. London. Newbury Park, Sage Publications, Inc. 1991.
- VIANNA, L.P. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de “população tradiional” no contexto das Unidades de Conservação**. Dissertação de Mestrado. Depto. de Antropologia/USP. 1996.
- WELLS, M.; BRANDON, K. (eds). **People and Parks: linking protected areas with local communities**. Washington. Banco Mundial, WWF e USAID. 1992.
- WESTLEY, F., SEAL, U., BYERS, O.; NESS, G. D. People and Habitat Protection. **Parks**. 8(1). Switzerland IUCN. 1998.
- WHELAN, R.J. **Wild in woods: the mith of the nobel eco-savage**. London. IEA Studies on the Environment. 1999.
- WILSON, E.O. **Diversidade da vida**. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.
- YEARLEY, S. **Sociology, Environmentalism and globalization**. London. Sage. 1996.

